

**BREVE ANÁLISE
ECONÓMICO-FINANCEIRA
DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO –
AGOSTO DE 2014**



Portimão
Câmara Municipal

Introdução

O presente relatório sintetiza a situação económico-financeira do Município de Portimão relativamente ao mês de Agosto de 2014, subdividido em vários capítulos de indicadores.

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO NO MÊS DE AGOSTO DE 2014

DO PONTO DE VISTA DA CONTABILIDADE ORÇAMENTAL

EVOLUÇÃO DOS CABIMENTOS E DOS COMPROMISSOS

No mês de Agosto de 2014, foram efectuados cabimentos no montante de 182.986.283€ (188.166.059€ no mês de Agosto de 2013), os quais, representam cerca de 99,4% do valor total do Orçamento da Despesa para 2014 (184.068.494€). Os cabimentos registaram uma redução na ordem dos 2,8% (menos 5.179.775€) relativamente ao mesmo período de 2013.

Refere-se ainda que dos 182.986.283€ de cabimentos registados no mês corrente de 2014, 141.617.689€ (77,4%) dizem respeito a cabimentos transitados de anos anteriores.

Na verdade, no mês de Agosto de 2014, os cabimentos do exercício ascenderam a 41.368.595€ (42.421.248€ em 2013), menos 1 milhão de euros (-2,5%) que o registado no mesmo período de 2013. Importa ainda referir, que em 2013 e face ao período homólogo de 2012, a redução tinha sido de 13,5 milhões de euros.

No mês de Agosto de 2014, o montante de compromissos assumidos ascenderam a 181.023.758€ (186.333.674€ no mês de Agosto de 2013), representando cerca de 98,3% do total do Orçamento da Despesa para 2014. Face ao período homólogo de 2013, registou-se um decréscimo de cerca de 2,8% (menos 5.309.916€).

Por outro lado, do montante de compromissos assumidos no mês de Agosto de 2014, cerca de 140.752.612€ (77,8%) dizem respeito a compromissos transitados de anos anteriores.

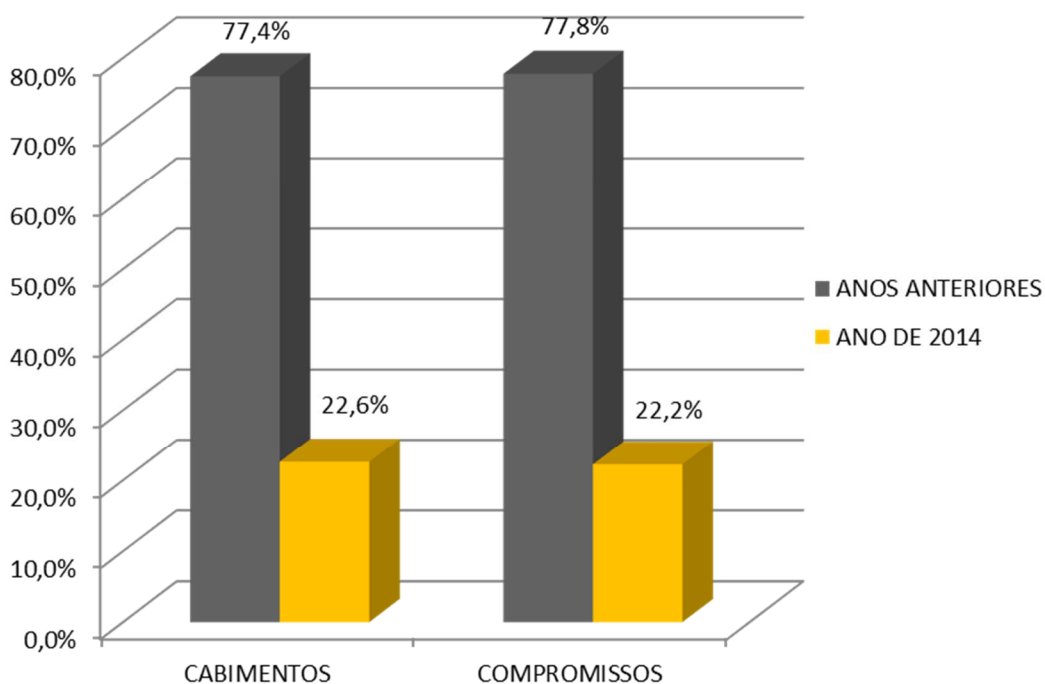
O montante de compromissos assumidos relativos ao exercício económico de 2014, ascendeu a 40.271.146€ (40.979.070€ em 2013), menos 707,9 mil euros (-1,7%) que os registados no mesmo período de 2013.

PESO DOS CABIMENTOS E COMPROMISSOS RELATIVOS A ANOS ANTERIORES E DO ANO DE 2014

Un: euros

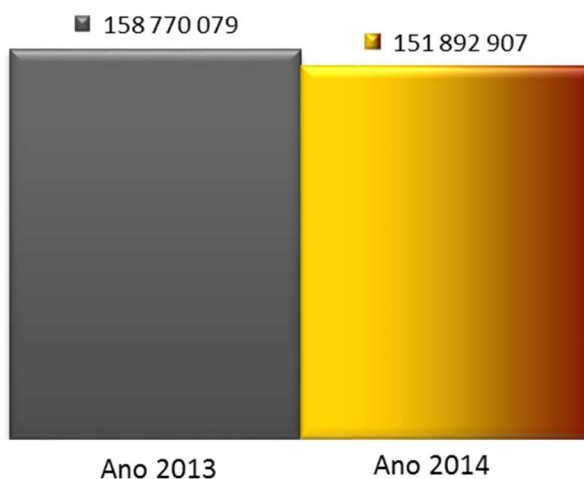
	TOTAL	EXECUÇÃO ORÇAMENTO 2014	ANOS ANTERIORES	%	ANO DE 2014	%
CABIMENTOS	182 986 283	99,41%	141 617 689	77,39%	41 368 595	22,61%
COMPROMISSOS	181 023 758	98,35%	140 752 612	77,75%	40 271 146	22,25%
ORÇAMENTO PARA 2014	184 068 494					

Peso dos Cabimentos e Compromissos Relativos a Anos Anteriores e do Ano de 2014



Por seu lado, o montante de compromissos assumidos e não pagos atingiram no final de Agosto de 2014 os 151.892.907€, quando no período homólogo de 2013, tinha alcançado os 158.770.079€, menos 6.877.171€ (-4,33%), conforme gráfico seguinte.

EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS E NÃO PAGOS AGOSTO de 2013/2014



Como anteriormente referido, os compromissos no mês de Agosto de 2014 atingiram os 181.023.758€, dos quais, 140.752.612€ (77,8% do total), dizem respeito a anos anteriores e 40.271.146€ (22,2% do total), ao exercício de 2014.

Por seu lado, o montante de faturas registadas no Município em 31 de Agosto de 2014, ascendem a 170.810.909€, dos quais, 139.872.008€ (81,8% do total), são referentes a exercícios anteriores e 30.938.900€ (16,7% do total), são do ano de 2014.

No mês de Agosto de 2014, foram feitos pagamentos no montante de 29.130.219€, dos quais, 21.265.631€ (73% do total), dizem respeito ao ano em curso e 7.865.219€ (27% do total), a anos anteriores, conforme consta nos quadros seguintes.

Por outro lado, ao nível da contabilização dos compromissos assumidos pelo Município de Portimão, e como anteriormente já referido, 181.023.758€, estão contabilizados no próprio exercício, com fortes reflexos no cálculo dos Fundos Disponíveis.

Contudo, 67.781.925€ estão contabilizados em exercícios futuros. Este montante diz essencialmente respeito, a compromissos do Município com amortizações de capital dos empréstimos de médio e longo prazo a vencerem-se nos próximos exercícios económicos de acordo com os respectivos planos de amortização, a contratos de prestação de serviços, a contratos-programa, a protocolos ou outros instrumentos de carácter plurianual.

Importa no entanto referir que este montante não tem qualquer influência no cálculo dos Fundos Disponíveis no exercício de 2014, com exceção daqueles que estão contabilizados no 1.º trimestre de 2015.

EXECUÇÃO DOS COMPROMISSOS - AGOSTO DE 2014

COMPROMISSOS	DE ANOS ANTERIORES	DO ANO	TOTAL
REQUISITADOS / ASSUMIDOS	140 752 612 €	40 271 146 €	181 023 758 €
FATURADOS	139 872 008 €	30 938 900 €	170 810 909 €
PAGOS	7 865 219 €	21 265 631 €	29 130 851 €

CONTABILIZAÇÃO DOS COMPROMISSOS - AGOSTO DE 2014

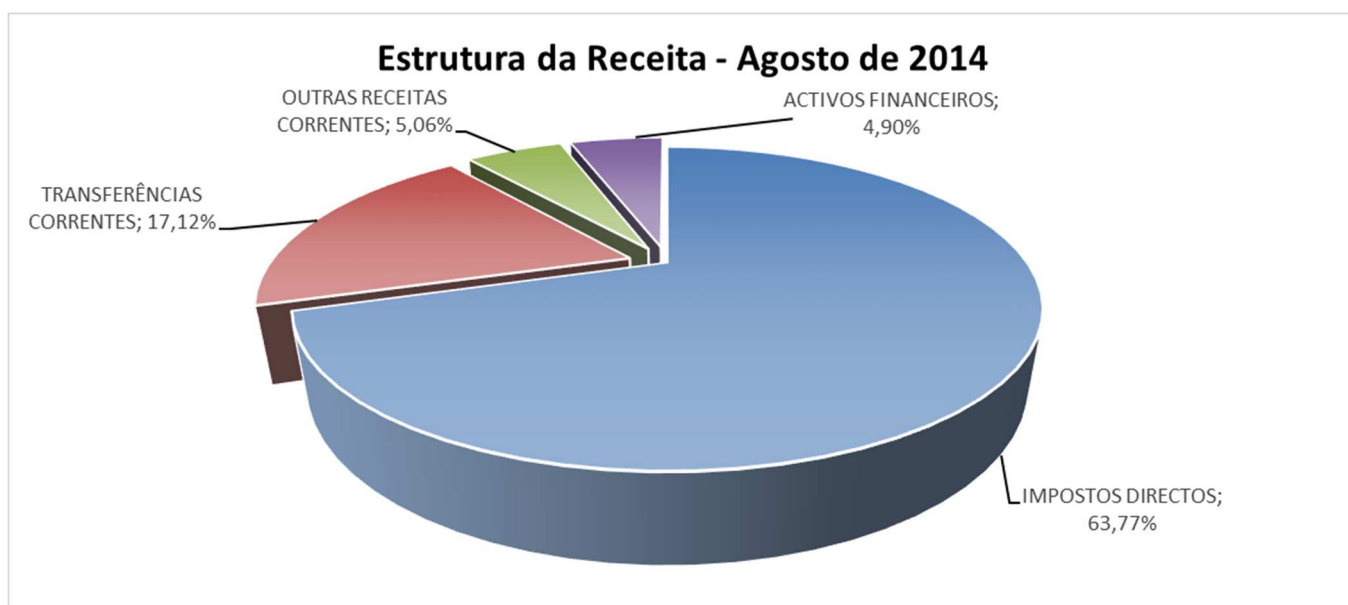
COMPROMISSOS	MONTANTE CONTABILIZADO
DE ANOS ANTERIORES	140 752 611,57 €
DO ANO	40 271 146,34 €
TOTAL CONTABILIZADO NO EXERCÍCIO	181 023 757,91 €
ANOS SEGUINTE	67 781 924,77 €
TOTAL CONTABILIZADO NO EXERCÍCIO + EXERCÍCIOS FUTUROS	248 805 682,68 €

Apesar da inversão da tendência, ainda se verifica um elevado montante de compromissos assumidos e não pagos. Esta realidade demonstra claramente as dificuldades de tesouraria que o Município de Portimão tem atravessado nos últimos cinco anos. Por outro lado, a não operacionalização dos empréstimos no âmbito do PAEL e Reequilíbrio Financeiro, por recusa do visto do Tribunal de Contas não permitiu ajustar este indicador à realidade orçamental e de tesouraria do Município de Portimão.

Esta evolução significativamente positiva nos montantes de cabimentos e compromissos do exercício, representa uma inversão na metodologia da execução orçamental do Município de Portimão, à qual, não serão alheias, as medidas de contenção da despesa implementadas pelo executivo municipal, a vinculação ao Plano de Ajustamento Financeiro aprovado pela Assembleia Municipal de Portimão e ainda à aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

EVOLUÇÃO DA RECEITA

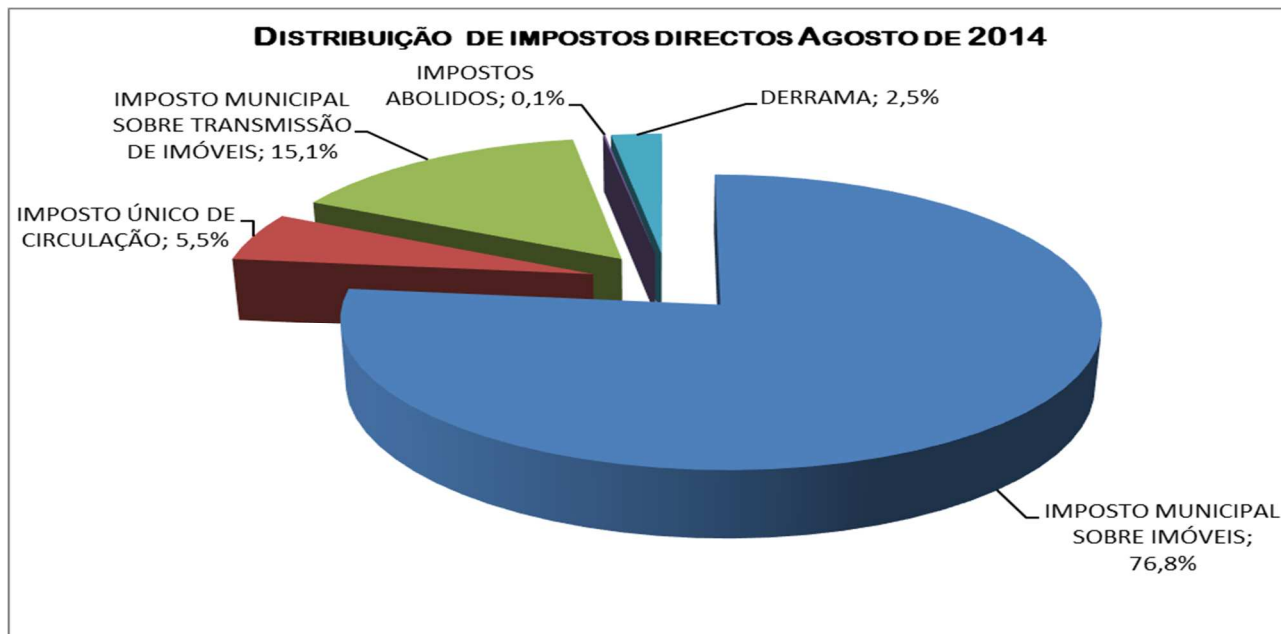
O orçamento da receita, no mês de Agosto de 2014, registou uma execução na ordem dos 16,6%, representando um valor de receita total de 30.512.044€ (28.379.531€ em 2013) do orçamentado para o ano de 2014, em que as Receitas Correntes correspondem a 92,4% do total. Destas 63,8% dizem respeito a Impostos Diretos, 17,1% a Transferências Correntes, 4,9% a Ativos Financeiros, 3,4% a Rendimentos de Propriedade, 2,1% a Transferências de Capital e 5% a Outras Receitas, conforme ilustrado no gráfico seguinte:



De referir que as receitas totais do Município de Portimão, dependem essencialmente da arrecadação de Impostos Diretos, nomeadamente de IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis.

No período em análise, verificou-se um crescimento da receita global em cerca de 2,1 milhões de euros (+7,5%) face ao período homólogo de 2013.

Para este crescimento, contribuíram positivamente as rubricas de Impostos Diretos em 2,1 milhões de euros, Taxas, Multas e Outras Penalidades em 3,4 mil euros e Outras Receitas Correntes em 869 mil euros.



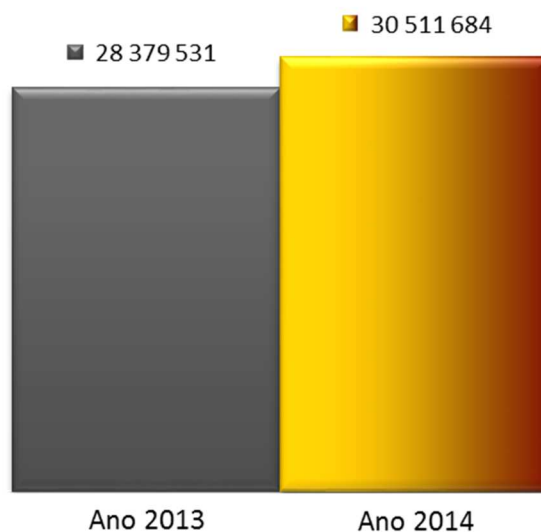
Contrariamente, registaram-se contributos negativos nas rubricas de Impostos Indiretos em 350 mil euros nos Rendimentos de Propriedade em 12,8 mil euros nas Transferências Correntes em 71 mil euros e nas Vendas de Bens e Serviços Correntes em 67 mil euros.

Importa no entanto esclarecer, que o crescimento registado na rubrica de Impostos Diretos está directamente relacionado com o crescimento da arrecadação de IMI em mais 1,6 milhões de euros.

Por seu lado, o decréscimo registado na rubrica de Impostos Indiretos tem essencialmente a haver com a transferência desta receita, por delegação de competências, para a Portimão Urbis, E.M., já registada no exercício de 2013.

Quanto ao decréscimo de 497 mil euros nas Transferência de Capital, o qual, está directamente relacionado com a redução das participações financeiras a projetos de investimento candidatados pelo Município de Portimão. Acresce ainda, que o Plano de Ajustamento Financeiro em curso, limita o investimento ao montante anual do FEF capital.

EVOLUÇÃO DA RECEITA TOTAL - Agosto 2013/2014



EVOLUÇÃO DA DESPESA

No que se refere ao Orçamento da Despesa, até ao mês de Agosto de 2014, foram pagos aproximadamente 29.130.851€ (27.563.595€ em Agosto de 2013), os quais representaram cerca de 15,8% do orçamentado para o ano de 2014.

Estes pagamentos foram essencialmente referentes a Despesas com o Pessoal, a Despesas com Aquisição de Bens e Serviços, a Ativos Financeiros, a Subsídios, Juros e Outros Encargos, a Passivos Financeiros, a Transferências Correntes e a Outras Despesas, que representaram respetivamente, 33,2%, 13,4%, 13,2%, 9,8%, 8,9%, 7,6%, 5,9% e 3,3 % das despesas pagas.

Relativamente ao mesmo período de 2013, verificou-se um aumento de cerca de 5,7% (+1,5 milhões de euros) nos pagamentos efetuados.

A evolução da despesa no mês de Agosto de 2014 face ao período homólogo de 2013, é caracterizada pela homogeneidade no montante das rubricas, o que poderá indiciar uma estabilização da despesa face aos ajustamentos feitos nos últimos dois anos.

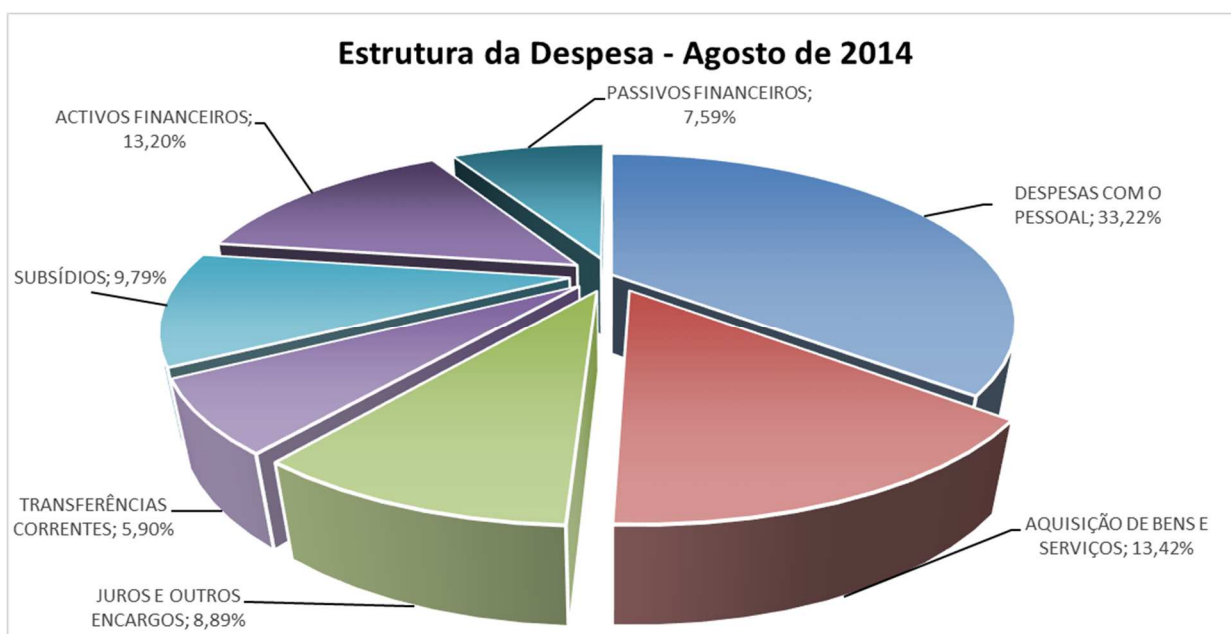
Contudo, e da análise comparativa, verificou-se que as rubricas de Ativos Financeiros, de Juros e Outros Encargos, de Outras Despesas Correntes, de Subsídios e de Despesa com o Pessoal foram

aquelas que registaram maiores níveis de variações positivas, respetivamente, 1,6 milhões de euros, 702,4 mil euros, 317,2 mil euros, 256,8 mil euros e 183,1 mil euros.

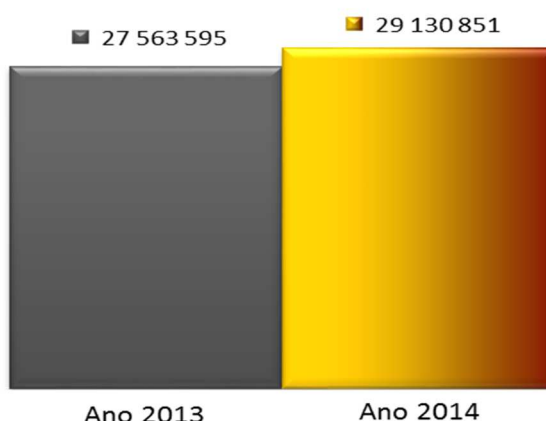
Para tal, contribuiu as decisões de inconstitucionalidade do Tribunal Constitucional, por parte do Tribunal Constitucional, dos cortes nos Custos com o Pessoal, a liquidação de juros bancários com efeito de especialização e do reforço para a cobertura de Resultados Líquidos Negativos Antes Impostos das empresas do sector empresarial local.

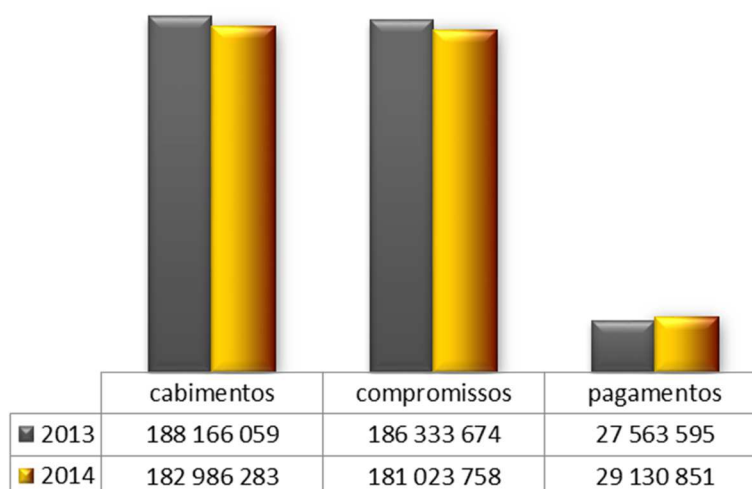
Por outro lado, verificaram-se variações negativas de grande relevância, nomeadamente, na rubrica de Aquisição de Bens de Capital (706,2 mil euros), na rubrica de Passivos Financeiros (552,5 mil euros) e na rubrica de Aquisições de Bens e Serviços (278,5 mil euros).

Por último, e mais uma vez verificou-se uma forte correlação entre a receita arrecadada e a despesa paga.



EVOLUÇÃO DA DESPESA TOTAL - Agosto 2013/2014



BALANCETE DA DESPESA - Agosto 2013/2014**ANÁLISE DOS DESVIOS DA RECEITA E DA DESPESA**

Fica este período do ano de 2014 marcado pela decisão do Tribunal de Contas relativo à recusa de visto sobre o processo referente ao empréstimo celebrado com a Direcção-Geral do Tesouro e Finanças no âmbito do PAEL, assim como nos processos referentes a empréstimos para Reequilíbrio Financeiro, celebrados entre autarquia e diversas instituições bancárias. Apesar da não operacionalização dos empréstimos anteriormente referidos em termos orçamentais, mantem-se refletidos nos cabimentos e nos compromissos as respetivas despesas (dívida acumulada).

Por outro lado, e tendo em conta que a dotação orçamental é anual, o que poderá desvirtuar a análise dos desvios em duodécimos (execução orçamental no oitavo mês), foi utilizado um critério de repartição duodecimal, isto é, foi dividida a dotação orçamental anual por 8/12. Por outro lado, procedeu-se ao ajustamento (diminuição) dos montantes constantes no Plano de Ajustamento Financeiro na análise do mês de Agosto, de forma a demonstrar a realidade orçamental do exercício de 2014.

Contudo, a análise da execução/desvios da Receita e da Despesa será sempre efectuada tendo como referência os dois critérios (duodecimal e anual).

DESVIOS DA RECEITA

A primeira nota a referir, é que a execução do Orçamento da Receita no mês de Agosto de 2014, registou um baixo grau de execução na ordem dos 16,6% (30,5 milhões de euros arrecadados), menos 153,5 milhões de euros (considerando o critério anual).

Contudo e tendo em conta a metodologia referida para a análise duodecimal, a taxa de execução é de cerca de 98,5%, menos 461,5 mil de euros do que o previsto na arrecadação da receita para o mês de Agosto de 2014.

Por seu lado, a Receita Corrente registou uma execução na ordem dos 64,6%, menos 15,4 milhões de euros (considerando o critério da dotação anual) ou de 99,2%, menos 217,2 milhões de euros (considerando o critério da dotação duodecimal).

Estas taxas de execução orçamental parecem muito aceitáveis e próximas da realidade orçamental para o exercício económico de 2014 do Município de Portimão.

De facto, a arrecadação de Impostos Diretos no mês de Agosto de 2014 registou uma taxa de execução anual na ordem dos 65,7% e uma taxa de execução duodecimal de cerca de 98,5%.

As rubricas de Rendimentos de Propriedade, de Transferências Correntes, de Transferências de Capital, registaram uma taxa de execução anual de, respectivamente, 58,5%, 65,8% e 50,7%, bem como, uma taxa de execução semestral de, 87,7%, 98,7% e 76,1%.

Por seu lado, e em sentido contrário, estão as rubricas directamente relacionadas com a arrecadação da receita proveniente dos empréstimos no âmbito do PAEL e Reequilíbrio Financeiro, nomeadamente, Passivos Financeiros, (responsável pelo desvio global pois não se verificou qualquer execução), Ativos Financeiros, Outras Receitas de Capital e Reposições não Abatidas nos Pagamentos, com respetivamente, 26,4%, 128,3% e 284,8% de execução anual.

Salienta-se que as receitas derivadas da rubrica de Passivos Financeiros, corresponde, a cerca de 72% do valor das receitas orçamentadas (184 milhões de euros).

As baixas taxas de execução dos Ativos Financeiros tem haver com a transferência por parte da EMARP – Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão, E.M., relativa à redução do Capital Social, medida inscrita no Plano de Ajustamento Financeiro e dependente da operacionalização dos empréstimos anteriormente referidos.

Por último, as taxas de execução da rubrica de Taxas, Multas e Outras Penalidades, está directamente relacionada com a Taxa de Protecção Civil, a qual, só será aplicada no segundo semestre de 2014, conforme definido no respectivo Regulamento.

ANÁLISE DOS DESVIOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA ATÉ AO MÊS DE AGOSTO 2014

Un: euros

RECEITAS	DOTAÇÃO ORÇAMENTAL		EXECUÇÃO ORÇAMENTAL A 31-08-2014	GRAU DE EXECUÇÃO A 31-08-2014	DESVIO DE EXECUÇÃO			
	ANUAL	DUODECIMAL			VALOR FACE AO ANUAL	% FACE AO ANUAL	VALOR FACE AO MÊS AGOSTO	% FACE AO MÊS AGOSTO
RECEITAS CORRENTES								
01 IMPOSTOS DIRECTOS*	29 617 668,00	19 745 112,00	19 457 657,70	65,70%	-10 160 010,30	-34,30%	-287 454,30	-1,46%
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	666 300,00	444 200,00	363 131,29	54,50%	-303 168,71	-45,50%	-81 068,71	-18,25%
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES**	1 306 900,00	204 600,00	168 370,09	12,88%	-1 138 529,91	-87,12%	-36 229,91	-17,71%
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1 783 750,00	1 189 166,67	1 043 002,18	58,47%	-740 747,82	-41,53%	-146 164,49	-12,29%
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7 934 299,00	5 289 532,67	5 222 604,07	65,82%	-2 711 694,93	-34,18%	-66 928,60	-1,27%
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	801 900,00	534 600,00	391 486,16	48,82%	-410 413,84	-51,18%	-143 113,84	-26,77%
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1 500 300,00	1 000 200,00	1 543 920,39	102,91%	43 620,39	2,91%	543 720,39	54,36%
TOTAL RECEITAS CORRENTES	43 611 117,00	28 407 411,33	28 190 171,88	64,64%	-15 420 945,12	-35,36%	-217 239,45	-0,76%
RECEITAS DE CAPITAL								
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	128 600,00	85 733,33	7 665,54	5,96%	-120 934,46	-94,04%	-78 067,79	-91,06%
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1 264 396,00	842 930,67	641 557,16	50,74%	-622 838,84	-49,26%	-201 373,51	-23,89%
11 ACTIVOS FINANCEIROS***	5 648 351,00	1 565 567,33	1 494 945,18	26,47%	-4 153 405,82	-73,53%	-70 622,15	-4,51%
12 PASSIVOS FINANCEIROS	133 308 030,00	0,00	0,00	0,00%	-133 308 030,00	-100,00%	0,00	0,00%
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	83 000,00	55 333,33	106 500,78	128,31%	23 500,78	28,31%	51 167,45	92,47%
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	25 000,00	16 666,67	71 203,50	284,81%	46 203,50	184,81%	54 536,83	327,22%
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	140 457 377,00	2 566 231,33	2 321 872,16	1,65%	-138 135 504,84	-98,35%	-244 359,17	-9,52%
TOTAL DAS RECEITAS	184 068 494,00	30 973 642,67	30 512 044,04	16,58%	-153 556 449,96	-83,42%	-461 598,63	-1,49%

* Na repartição do orçamento da receita, considerou-se para esta rubrica a repartição em duodecimos no entanto o IMI terá um fluxo financeiro acrescido em Maio, Agosto e Dezembro.

**Na repartição do orçamento da receita, considerou-se para esta rubrica, a repartição mensal deduzida de 1 milhão de euros repartido em duodecimos, referente à Taxa de Protecção Civil, receita prevista no PAF e que será aplicada no 3º trimestre de 2014.

***Na repartição do orçamento da receita, considerou-se para esta rubrica, a dedução de 3,3 milhões de euros que correspondem à redução do Capital Social da EMARP prevista no PAF. Para as restantes rubricas da Receita, a repartição do orçamento da receita anual foi mensualizada.

DESVIOS DA DESPESA

Do ponto de vista da execução orçamental da Despesa, há em primeiro lugar, que apontar a baixa taxa de execução utilizando o critério anual de 15,8%.

Contudo, se utilizarmos a metodologia duodecimal atingimos uma taxa de execução na ordem dos 85,4%, conforme consta no mapa seguinte.

O desvio global negativo da despesa face ao orçamentado para 2014, atingiu no mês de Agosto de 2014 cerca de 84,2% (critério anual) ou de 14,6% (critério duodecimal), conforme consta no quadro seguinte.

Por outro lado, e utilizando a metodologia de análise orçamental da despesa, ponderada do efeito despesas assumidas referentes a anos anteriores e que se enquadram no PAF, as taxas de execução orçamental apresentam valores mais enquadrados com a realidade orçamental prevista para o mês de Agosto de 2014.

Este forte desvio alcançado pelo critério anual e duodecimal, não pode ser desassociado da não operacionalização do Plano de Ajustamento Financeiro (PAEL e Reequilíbrio Financeiro), nomeadamente no que se refere à não contratação dos empréstimos de médio e longo prazos que substituiriam as dívidas de curto prazo, em dívidas de médio e longo prazo, implicando ao nível orçamental, que se registasse uma elevada taxa de concretização/execução, “limpando” os cabimentos e os compromissos relativos a anos anteriores, e que estava previsto para o primeiro semestre de 2014 e que o Tribunal de Contas recusou os respectivos vistos.

De facto, as rubricas de Aquisição de Bens e Serviços, de Juros e Outros Encargos, de Subsídios, de Aquisição de Bens de Capital, de Transferências de Capital, de Ativos Financeiros e de Passivos Financeiros, que, registaram taxas de execução anual de, respetivamente, 10,1%, 30,7%, 5,3%, 4,6%, 0,2%, 27,9% e 35,9%, estão diretamente influenciadas pela não operacionalização dos empréstimos no âmbito do PAEL e Reequilíbrio Financeiro.

ANÁLISE DOS DESVIOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA ATÉ AO MÊS DE AGOSTO 2014

Un: euros

DESPESA	DOTAÇÃO ORÇAMENTAL		EXECUÇÃO ORÇAMENTAL A 31-08-2014	GRAU DE EXECUÇÃO A 31-08-2014	DESVIO DE EXECUÇÃO			
	ANUAL	DUODECIMAL			VALOR FACE AO ANUAL	% FACE AO ANUAL	VALOR FACE AO MÊS AGOSTO	% FACE AO MÊS AGOSTO
DESPESAS CORRENTES								
01 DESPESAS COM O PESSOAL*	16 400 601,00	10 670 400,67	9 676 492,52	59,00%	-6 724 108,48	-41,00%	-993 908,15	-9,31%
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**	38 616 043,90	6 010 695,93	3 910 001,23	10,13%	-34 706 042,67	-89,87%	-2 100 694,70	-34,95%
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS***	8 442 878,00	4 828 585,33	2 589 813,53	30,67%	-5 853 064,47	-69,33%	-2 238 771,80	-46,36%
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES****	6 111 843,10	2 274 562,07	1 717 983,25	28,11%	-4 393 859,85	-71,89%	-556 578,82	-24,47%
05 SUBSÍDIOS*****	54 069 375,00	2 312 916,67	2 852 215,34	5,28%	-51 217 159,66	-94,72%	539 298,67	23,32%
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1 217 920,00	811 946,67	968 145,16	79,49%	-249 774,84	-20,51%	156 198,49	19,24%
TOTAL DESPESAS CORRENTES	124 858 661,00	26 909 107,33	21 714 651,03	17,39%	-103 144 009,97	-82,61%	-5 194 456,30	-19,30%
DESPESAS DE CAPITAL								
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL*****	29 239 953,00	1 626 635,33	1 337 644,14	4,57%	-27 902 308,86	-95,43%	-288 991,19	-17,77%
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL*****	10 005 837,00	1 270 558,00	21 337,00	0,21%	-9 984 500,00	-99,79%	-1 249 221,00	-98,32%
09 ACTIVOS FINANCEIROS*****	13 794 294,00	2 596 196,00	3 846 022,49	27,88%	-9 948 271,51	-72,12%	1 249 826,49	48,14%
10 PASSIVOS FINANCEIROS*****	6 163 750,00	1 709 166,67	2 211 195,94	35,87%	-3 952 554,06	-64,13%	502 029,27	29,37%
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	6 000,00	4 000,00	0,00	0,00%	-6 000,00	-100,00%	-4 000,00	-100,00%
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	59 209 834,00	7 206 556,00	7 416 199,57	12,53%	-51 793 634,43	-87,47%	209 643,57	2,91%
TOTAL DAS DESPESAS	184 068 495,00	34 115 663,33	29 130 850,60	15,83%	-154 937 644,40	-84,17%	-4 984 812,73	-14,61%

* Na repartição do orçamento da despesa, considerou-se para esta rubrica, uma mensualização da despesa prevista (8/12), deduzida de 395 mil euros que se encontram no PAF

** Na repartição do orçamento da despesa, considerou-se para esta rubrica, uma mensualização da despesa prevista (8/12), deduzida de 29,6 milhões de euros que se encontram no PAF

*** Na repartição do orçamento da despesa, considerou-se para esta rubrica, uma mensualização da despesa prevista (8/12), deduzida de 1,2 milhões de euros que se encontram no PAF

**** Na repartição do orçamento da despesa, considerou-se para esta rubrica, uma mensualização da despesa prevista (8/12), deduzida de 2,7 milhões de euros que se encontram no PAF

***** Na repartição do orçamento da despesa, considerou-se para esta rubrica, uma mensualização da despesa prevista (8/12), deduzida de 50,6 milhões de euros que se encontram no PAF

***** Na repartição do orçamento da despesa, considerou-se para esta rubrica, uma mensualização da despesa prevista (8/12), deduzida de 26,8 milhões de euros que se encontram no PAF

***** Na repartição do orçamento da despesa, considerou-se para esta rubrica, uma mensualização da despesa prevista (8/12), deduzida de 8,1 milhões de euros que se encontram no PAF

***** Na repartição do orçamento da despesa, considerou-se para esta rubrica, uma mensualização da despesa prevista (8/12), deduzida de 9,9 milhões de euros que se encontram no PAF

***** Na repartição do orçamento da despesa, considerou-se para esta rubrica, uma mensualização da despesa prevista (8/12), deduzida de 3 milhões de euros que se encontram no PAF

Para as restantes rubricas da Despesa, a repartição do orçamento da receita anual foi mensualizada.

DO PONTO DE VISTA DA CONTABILIDADE PATRIMONIAL

A análise do Balanço sintético dos primeiros oito meses de 2014, comparativamente ao mesmo período de 2013, há a realçar as seguintes tendências:

- ✓ O Ativo Líquido Total cresceu cerca de 6,4 milhões de euros, motivado essencialmente pelo crescimento de cerca de 6,2 milhões de euros do “Imobilizado Líquido” e pelo crescimento de 3,5 milhões de euros relativos à rubrica de “Acréscimo e Diferimentos”, apesar do decréscimo de cerca de 3,4 milhões de euros da rubrica de “Dívidas de Terceiros a Curto Prazo”.
- ✓ Ao nível dos Fundos Próprios, verificou-se um crescimento global em cerca de 3,5 milhões de euros. Este crescimento espelha principalmente o crescimento registado nas rubricas de “Reservas” na ordem dos 11,9 milhões de euros. Importa ainda referir que as diferenças referidas diminuíram em relação às análises executadas nos meses anteriores devido a um acréscimo dos resultados negativos na rubrica dos “Resultados Transitados” (4,9%) e no “Resultados Líquidos do Exercício” (3,1%).
- ✓ O Total do Passivo regista um crescimento de cerca de 2,7 milhões de euros, face ao mesmo período de 2013, motivado essencialmente pelo crescimento da rubrica de “Acréscimos de Custos”, em cerca de 5,1 milhões de euros. Importa referir que nesta rubrica são contabilizados / especializados os juros de mora e compromissos do período ainda não faturados.

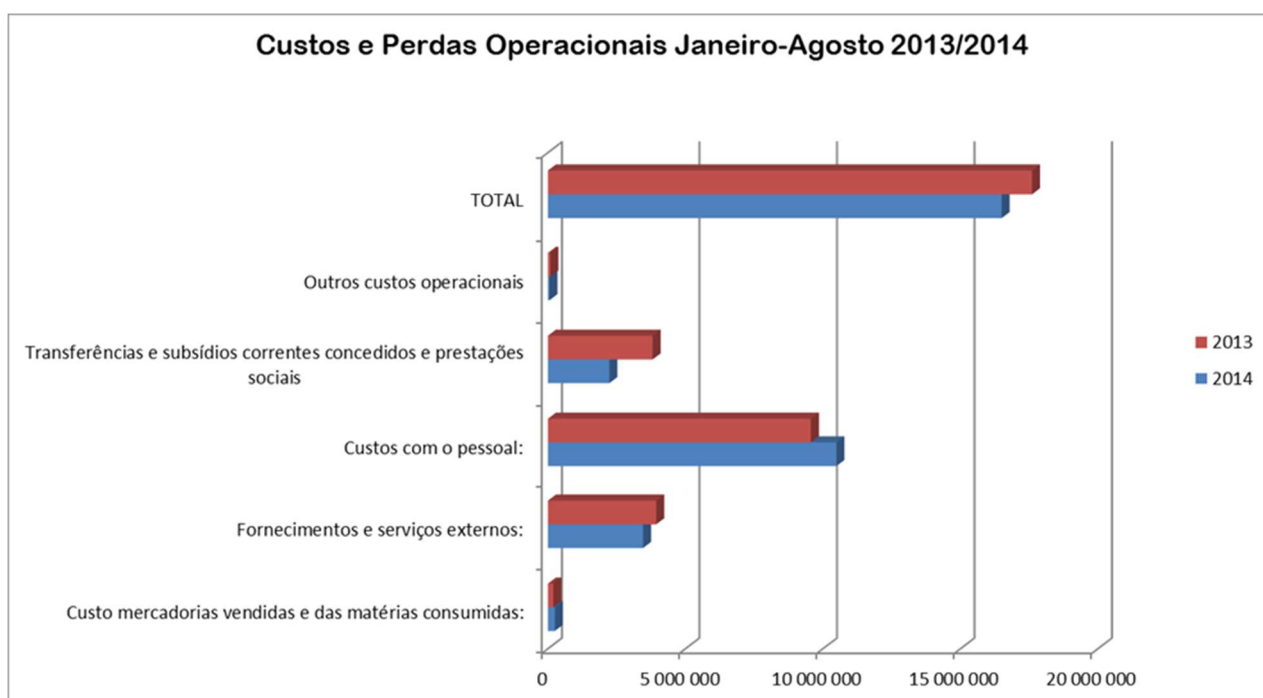
BALANÇO SINTÉTICO RELATIVO A 31 DE AGOSTO DE 2014

Un: euros

ACTIVO	31/08/2014			31/08/2013	FUNDOS PRÓPRIOS + PASSIVO	31/08/2014	31/08/2013
	Activo Bruto	Amortizações / Provisões	Activo Líquido	Activo Líquido			
IMOBILIZADO	422 314 675	129 990 510	292 324 165	286 118 455	FUNDOS PRÓPRIOS		
Bens do domínio público	142 930 489	92 773 651	50 156 838	52 564 090	PATRIMÓNIO	217 546 656	217 914 244
Imobilizações Incorpóreas	3 239 581	2 638 290	601 290	732 854	AJUSTAMENTOS DE PARTES DE CAPITAL	486 365	486 365
Imobilizações Corpóreas	233 284 256	34 578 568	198 705 688	190 046 191	RESERVAS	85 856 465	73 941 368
Investimentos financeiros	42 860 349	0	42 860 349	42 775 319	RESULTADOS TRANSITADOS	-164 474 549	-156 736 589
EXISTÊNCIAS	161 584	0	161 584	208 730	RESULTADOS LÍQUIDOS DO EXERCÍCIO	-7 583 394	-7 355 497
DÍVIDAS DE TERCEIROS – M / LONGO PRAZOS:	554 706	0	554 706	628 571	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS	131 831 543	128 249 891
DÍVIDAS DE TERCEIROS – CURTO PRAZO	14 833 384	2 586 961	12 246 422	15 589 441	PASSIVO		
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E CAIXA	1 994 792	0	1 994 792	1 774 471	DÍVIDAS A TERCEIROS – M / LONGO PRAZOS	9 484 441	10 793 730
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	23 092 024	0	23 092 024	19 710 963	DÍVIDAS A TERCEIROS – CURTO PRAZO	150 141 068	150 062 139
Acréscimos de proveitos	23 047 587	0	23 047 587	19 504 448	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	38 916 642	34 924 870
Custos diferidos	44 437	0	44 437	206 515	Acréscimos de custos	18 182 269	13 144 557
					Proveitos diferidos	20 734 374	21 780 313
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES		129 990 510			TOTAL DO PASSIVO	198 542 152	195 780 739
TOTAL DE PROVISÕES		2 586 961			TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO	330 373 694	324 030 630
TOTAL DO ACTIVO	462 951 166	132 577 471	330 373 694	324 030 630			

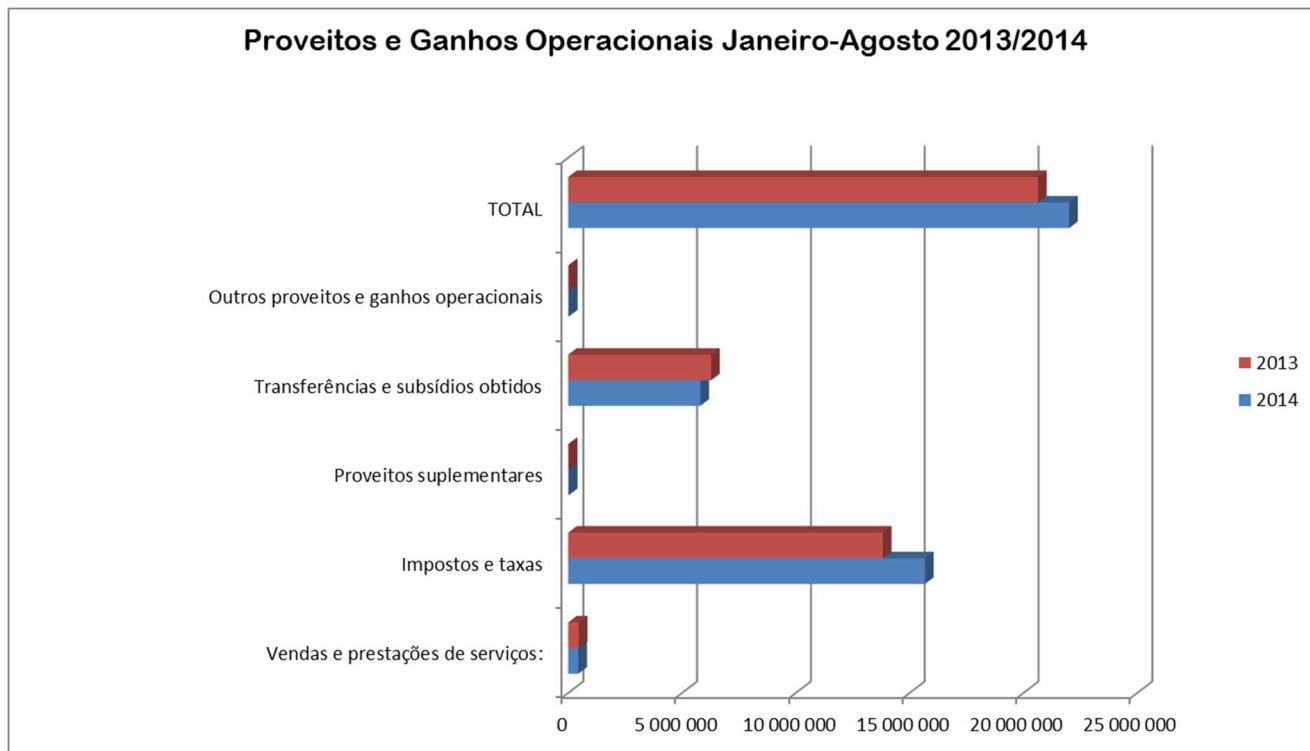
A análise à Demonstração de Resultados relativa ao período em análise, e comparativamente ao mesmo período do ano anterior, há a destacar os seguintes comentários:

- ✓ Agravamento dos Resultados Líquidos do Exercício, que cresceram cerca de 248,5 mil euros negativos.
- ✓ Comportamento favorável e positivo dos Resultados Operacionais, registando uma melhoria na ordem dos 3 milhões de euros (+140%).
- ✓ Aumento dos proveitos em 6,6% (1.363.943€), face ao mesmo período de 2013.
- ✓ Decréscimo dos "Custos Operacionais" em cerca de 7,4% bem como, o decréscimo da rubrica de "Custos Operacionais" em 7,4% (1.687.951€).
- ✓ Aumento dos "Custos com Pessoal", motivado pela reposição dos cortes salariais considerados inconstitucionais.
- ✓ Os "Custos e Perdas Financeiros" registaram um agravamento face ao ano transato na ordem dos 28,8% (1.195.543€), motivado pelos custos dos juros bancários, bem como, pelo ligeiro decréscimo de 2,5% nos "Proveitos e Ganhos Financeiros", contribuindo assim para o mau desempenho dos Resultados Financeiros.



- ✓ O desempenho dos "Custos e Perdas Extraordinários" e dos "Proveitos e Ganhos Extraordinários" contribuíram para o agravamento do Resultado Líquido do Exercício face

ao ano anterior. De facto e relativamente a estes custos, que registaram um incremento de 80,6% (2.393.215€). Por seu lado os proveitos só cresceram cerca de 37,7% (335.715€), resultando um saldo negativo de 7,6 milhões de euros, no ano anterior o saldo ficou-se em 7,3 milhões de euros negativos.



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS SINTÉTICA A 31 DE AGOSTO DE 2014

Un: euros

Código Contas		31/08/2014	31/08/2013	Código Contas		31/08/2014	31/08/2013
CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
61	Custo mercadorias vendidas e das matérias consumidas:	254 585	197 585	71	Vendas e prestações de serviços:	448 712	473 719
62	Fornecimentos e serviços externos:	3 461 104	3 942 549	72	Impostos e taxas	15 679 792	13 830 719
64	Custos com o pessoal:	10 492 072	9 564 098	75	Trabalhos para a própria entidade	0	0
63	Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	2 234 911	3 808 635	73	Proveitos suplementares	33 057	26 628
66	Amortizações do exercício	4 167 739	4 737 182	74	Transferências e subsídios obtidos	5 812 438	6 283 067
67	Provisões do exercício	476 537	489 779	76	Outros proveitos e ganhos operacionais	36 781	32 704
65	Outros custos operacionais	57 830	92 902				
	(A)	21 144 779	22 832 730		(B)	22 010 780	20 646 837
68	Custos e perdas financeiros	5 344 335	4 148 792	78	Proveitos e ganhos financeiros	1 031 999	1 058 747
	(C)	26 489 114	26 981 522		(D)	23 042 779	21 705 584
69	Custos e perdas extraordinários	5 362 599	2 969 384	79	Proveitos e ganhos extraordinários	1 225 540	889 825
	(E)	31 851 713	29 950 906				
88	Resultado líquido do exercício	-7 604 030	-7 355 497		(F)	24 268 319	22 595 409
	(X)	24 247 683	22 595 408				
Resumo:							
Resultados Operacionais: (B – A)		866 002	-2 185 893				
Resultados Financeiros: (D – B) – (C – A)		-4 312 337	-3 090 045				
Resultados Correntes: (D – C)		-3 446 335	-5 275 938				
Resultado Líquido do Exercício: (F – E)		-7 583 394	-7 355 497				

CÁLCULO DAS CAPACIDADES DE ENDIVIDAMENTO

De acordo com a metodologia definida no Regime Financeiro das Autarquias Locais e na Lei do Orçamento do Estado para 2014, o limite de endividamento total do município de Portimão para o ano de 2014 é de 56.574.150€, conforme espelhado no quadro seguintes:

LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL 2014			(€)
RECEITAS MUNICIPAIS CORRENTES LIQUIDAS COBRADAS			Observações
ANO 2011		38.803.324,82	
ANO 2012		34.995.816,11	
ANO 2013		39.349.158,44	
TOTAL DAS RECETAS CORRENTES LIQUIDAS (ULTIMOS 3 ANOS)		113.148.299,37	
MÉDIA DAS RECETAS CORRENTES LIQUIDAS (ULTIMOS 3 ANOS)		37.716.099,79	
TOTAL DE RECEITAS A CONSIDERAR PARA EFEITOS DE CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO		- - 37.716.099,79	A
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS N.º 1 DO ARTIGO 52.º DA LEI N.º 73/2013		- - 56.574.149,69	(B) = 150% x (A)
NOTA: O MUNICÍPIO AINDA AGUARDA ORIENTAÇÕES DA DGAL SOBRE A METODOLOGIA DE CÁLCULO			

Desta feita, e de acordo com a metodologia de cálculo do endividamento líquido municipal, no mês de Agosto de 2014, o Município de Portimão excedeu o limite de capacidade de endividamento total em cerca de 91.496.554€, conforme descrito nos mapas seguintes.

PASSIVOS FINANCEIROS EM AGOSTO DE 2014			(€)
CONTAS	Saldo devedor	Saldo credor	
2 TERCEIROS		148 070 703,40	
21 Clientes, Contribuintes e Utentes		296 706,22	
219 Adiantamentos de Clientes, Contribuintes e Utentes		296 706,22	
22 Fornecedores		100 442 851,10	
221 Fornecedores, c/c		98 898 434,62	
222 a 227 (...)			
228 Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		1 544 416,48	
23 Empréstimos obtidos		20 074 938,74	
23111 Empréstimos bancários de curto prazo		3 000 000,00	
23121 Empréstimos bancários de médio e longo prazo		14 543 543,74	
23123 Outros empréstimos obtidos de médio e longo prazo - Estado		2 531 395,00	
25 Devedores e credores pela execução do orçamento		110 833,09	
251 Devedores pela execução do orçamento			
252 Credores pela execução do orçamento		110 833,09	
26 Outros devedores e credores		27 145 374,25	
261 Fornecedores de imobilizado		26 000 746,07	
2611 Fornecedores de imobilizado, c/c		5 176 617,03	
2612 a 2617 (...)		20 544 289,66	
2618 Facturas em recepção e conferência		279 839,38	
262 Pessoal		229,93	
263 Sindicatos		1 905,80	
264 Administração autárquica		811 664,72	
2641 Associações de municípios		89 885,00	
2646 Freguesias		344 300,00	
2647 Empresas municipais e intermunicipais			
2648 e 2649 (...)		377 479,72	
268 Devedores e credores diversos		332 963,46	
TOTAL		148 070 703,40	
TOTAL CONSIDERADO PARA CÁLCULO DO ENDIVIDAMENTO TOTAL		148 070 703,40	
NOTA: O MUNICÍPIO AINDA AGUARDA ORIENTAÇÕES DA DGAL SOBRE A METODOLOGIA DE CÁLCULO			

SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO EM AGOSTO DE 2014 FACE AO LIMITES		
	Excesso	91 496 553,72
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO		
	Margem	
NOTA: O MUNICÍPIO AINDA AGUARDA ORIENTAÇÕES DA DGAL SOBRE A METODOLOGIA DE CÁLCULO		
** Apenas no último trimestre do ano em causa.		

Por último, e tendo em conta que o Município de Portimão procedeu à cobertura de resultados Antes Impostos Negativos (reequilíbrio do SEL), da empresa do sector empresarial local detidas a 100% pelo Município de Portimão, nomeadamente, de 3.836.469€ até finais de Maio de 2014 à Portimão Urbis SGRU – Sociedade de Gestão e Reabilitação Urbana, S.A., não há necessidade de proceder à consolidação do endividamento total entre o Município de Portimão e as empresas do SEL.

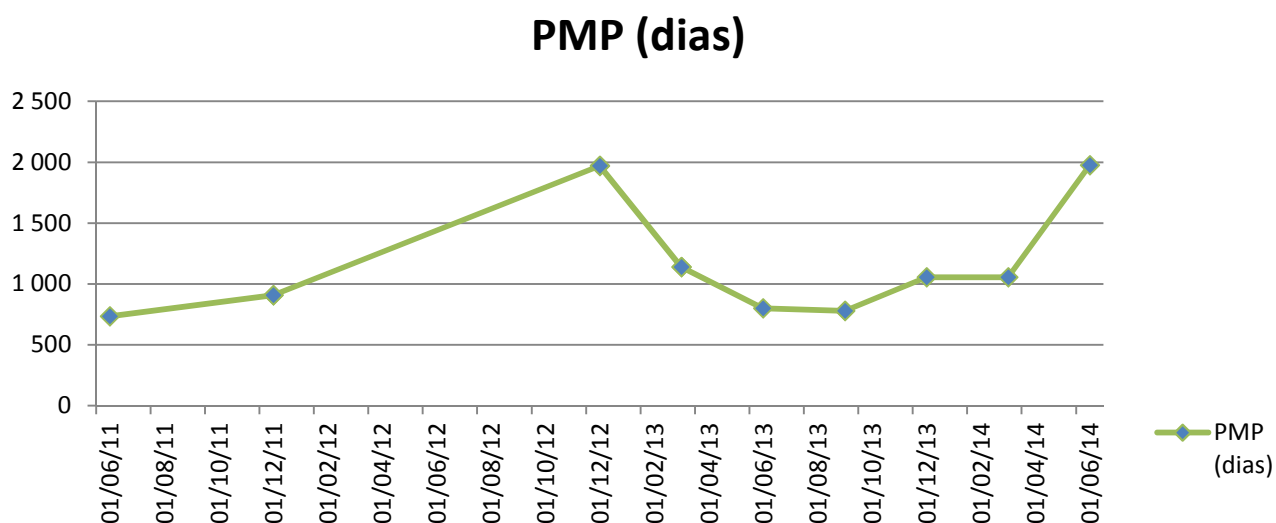
PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

De acordo com a fórmula de cálculo do prazo médio de pagamentos (PMP) efectuada pela DGAL – Direcção Geral das Autarquias Locais, o Prazo Médio de Pagamento (PMP) do Município de Portimão, no primeiro semestre de 2014, última informação disponível por parte da DGAL, ascendeu a 1974 dias, mais 1173 dias que no 1º trimestre de 2013, este indicador agravou-se face à última avaliação (31/03/2014), conforme consta no quadro seguinte.

EVOLUÇÃO DO PMP (em dias) CÁLCULADO PELOS CRITÉRIOS DGAL

Data	30/06/2011	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	30/06/2013	30/09/2013	30/09/2013	31/12/2013	31/03/2014	30/06/2014
PMP (dias)	733	908	908	1970	1140	1970	1140	801	780	780	1054	1055	1974

Fonte: DGAL - Direcção-Geral das Autarquias Locais



Contudo, não deixa de ser importante referir que o cálculo do PMP – Prazo Médio de Pagamento está negativamente influenciado pela titularização de faturas em operações financeiras, nomeadamente, “factoring” que, por dificuldades de tesouraria do município de Portimão, têm vindo a serem prorrogadas com o acordo das instituições financeiras.

A expectativa do Município de Portimão de reconverter, a muito curto prazo, as dívidas de longo prazo em empréstimos de médio e longo prazos, materializada na candidatura ao FAM – Fundo de Apoio Municipal, fará naturalmente com que o PMP – Prazo Médio de Pagamento decresça significativamente atingindo seguramente os níveis de Junho de 2008.

PAGAMENTOS EM ATRASO

De acordo com o disposto na legislação em vigor, nomeadamente, a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e no Orçamento do Estado para o ano de 2014, o Município de Portimão não pode ter Pagamentos em Atraso num mês, superiores ao do mês anterior. Na verdade, o Município está obrigado a reportar mensalmente à DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais o resultado dos Pagamentos em Atraso. A evolução do cálculo dos pagamentos em atraso tem sido gradualmente positiva, tendo vindo a registar-se um decréscimo sustentado, conforme quadro seguinte:

EVOLUÇÃO DOS PAGAMENTOS EM ATRASO DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

DATA	30/11/2013	31/12/2013	31/01/2014	28/02/2014	31/03/2014
MONTANTE PA	96 141 781,00 €	96 081 174,00 €	96 030 965,00 €	95 997 341,00 €	95 993 220,00 €
DATA	30/04/2014	31/05/2014	30/06/2014	31/07/2014	31/08/2014
MONTANTE PA	95 906 237,00 €	95 897 265,51 €	91 148 653,03 €	91 102 975,64 €	89 100 685,15 €

Fonte: DGAL - Direcção-Geral das Autarquias Locais

Por outro lado, e conforme disposto no Orçamento do Estado para 2014, o Município de Portimão está obrigado, durante o primeiro semestre de 2014, ao limite máximo de pagamentos em atraso de 91.349.904€.

Na verdade, os pagamentos em atraso nos primeiros oito meses de 2014, atingiram os 89.100.685€, tendo sido alcançada a meta definida, conforme consta no quadro seguinte:

CÁLCULO DO VALOR MÁXIMO DE PAGAMENTOS EM ATRASO EM AGOSTO DE 2014

Un. Euros

DISPOSIÇÃO PREVISTA NO ARTº 94º DO OE - (BASE MÊS DE SETEMBRO DE 2013)	96 157 793,00 €	Informação Reportada à DGAL
REDUÇÃO DOS PAGAMENTOS EM ATRASO EM JUNHO DE 2014, PREVISTA NO ORÇAMENTO DO ESTADO (redução de 5%)	4 807 890,00 €	
VALOR MÁXIMO A CONSTAR NOS PAGAMENTOS EM ATRASO EM 1º SEMESTRE DE 2014	91 349 904,00 €	Informação Reportada à DGAL
MONTANTE DE PAGAMENTOS EM ATRASO CALCULADO PARA AGOSTO DE 2014	89 100 685,15 €	

FUNDOS DISPONÍVEIS

Este indicador demonstra a capacidade de o Município de Portimão proceder a novos compromissos (processo de despesa).

O cálculo do F.D., em 2014, registou uma evolução negativa até Maio de 2014, conforme consta no quadro seguinte.

A partir de Maio, verificou-se uma inversão do comportamento do indicador, no qual não será alheio o esforço de pagamentos efetuados pelo Município, atingindo em Agosto os 98,5 milhões de euros negativos,

EVOLUÇÃO DOS FUNDOS DISPONÍVEIS DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

DATA	30/11/2013	31/12/2013	31/01/2014	28/02/2014	31/03/2014
MONTANTE PA	- 132 233 658,00 €	- 130 310 596,00 €	- 117 160 258,00 €	- 119 467 345,00 €	- 122 719 182,00 €
DATA	30/04/2014	31/05/2014	30/06/2014	31/07/2014	31/08/2014
MONTANTE PA	- 145 819 978,58 €	- 146 456 412,68 €	- 141 588 500,99 €	- 105 488 184,44 €	- 98 504 744,46 €

Fonte: DGAL - Direcção-Geral das Autarquias Locais

A inversão completa para Fundos Disponíveis positivos, só será possível com uma solução de reconversão dos compromissos de curto prazo em compromissos de médio e longo prazo.

Tendo em conta a forte pressão dos compromissos de anos anteriores para o cálculo dos Fundos Disponíveis mensais, parece-nos que esta inversão só terá efeitos práticos com a operacionalização do Fundo de Apoio Municipal.

Conclusão

O ano de 2014 será caracterizado pela continuação do processo de ajustamento da economia portuguesa, enquadrado pelo Programa de Assistência Económica e Financeira. Por seu lado o orçamento da receita e da despesa do Município, está em linha com o Plano de Ajustamento Financeiro aprovado pela Assembleia Municipal de Portimão, verificando-se ainda os seguintes desequilíbrios estruturantes:

- **Fraca execução orçamental da Receita, na ordem dos 16,6% (30.512.044€), face ao orçamentado (184.068.494€), motivada pela perspectiva frustrada da operacionalização dos empréstimos PAEL e Reequilíbrio Financeiro;**
- **Fraca execução orçamental da Despesa, na ordem dos 15,8% (29.130.850€), face ao orçamentado, motivado pela dívida acumulada e pela não operacionalidade dos empréstimos PAEL e Reequilíbrio Financeiro;**
- **Elevado nível de compromissos assumidos e não pagos que em Agosto de 2014 atingiram os 151.892.907€.**
- **Inexistência de Fundos Disponíveis que em Agosto de 2014 atingiram os menos 98.504.744€.**
- **Elevado índice de pagamentos em atraso que em Agosto de 2014 atingiram os 89.100.685€, com período medio de pagamentos de 1.974 dias (últimos dados da DGAL à data de 30/06/2014).**
- **Fraca disponibilidade de tesouraria (liquidez) para satisfazer os compromissos mais urgentes;**
- **Reduzida capacidade do Município recorrer a produtos financeiros, nomeadamente acordos de regularização de dívida e empréstimo de curto, médio e longo prazo;**
- **Excesso de endividamento Líquido Municipal em cerca de 91,4 milhões de euros.**